



Epidemiological profile of sexual violence against women in the domestic environment in Alagoas between 2012-2022

Perfil epidemiológico de violência sexual contra mulher no ambiente doméstico em Alagoas, 2012-2022

MELO, Caio Henrique Leite Oliveira ⁽¹⁾; FONSECA, Carla Eduarda Silva da ⁽²⁾; ANJOS, Carla Souza dos ⁽³⁾; MELO, Julye Larisse Lemos⁽⁴⁾; SILVA, Claude Marise dos Santos⁽⁵⁾; ALMEIDA, Thayse Gomes de ⁽⁶⁾

⁽¹⁾ 0000-0002-8466-1042; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: caio.melo@arapiraca.ufal.br

⁽²⁾ 0000-0003-0962-5210; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: carla.fonseca@arapiraca.ufal.br

⁽³⁾ 0000-0002-8403-9943; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: carla.anjos@arapiraca.ufal.br

⁽⁴⁾ 0009-0006-0846-2631; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: julye.melo@arapiraca.ufal.br

⁽⁵⁾ 0000-0002-6534-2701; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: claude.silva@arapiraca.ufal.br

⁽⁶⁾ 0000-0001-8747-023x; Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem Bacharelado. Arapiraca, AL, Brasil. E-mail: thayseg Almeida@gmail.com

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

Sexual violence is any sexual act or attempted unwanted act performed by anyone. Considering this premise, the study was justified by the multidisciplinary nature of the theme and the need for better coping strategies. It aimed to describe the epidemiological profile of sexual violence suffered by women in the domestic environment, in the state of Alagoas, between 2012-2022. It's an epidemiological, exploratory, descriptive study of retrospective analysis based on documents with a quantitative approach of secondary data available in the Notifiable Diseases Information System. Between the period 2012-2022, 3,953 cases of sexual violence against women were reported in Alagoas. Of these, 47.50% corresponded to individuals aged between 10 and 14 years. The year 2022 recorded the highest number, with 799 cases. In 2022, an average of 114.4 cases were registered, showing a growth of 633% in the analyzed period. Race/color indicated that cases are more recurrent in brown women. The main aggressor was the "stepfather", also highlighting female figures, such as mother and stepmother. Therefore, the data reflects the need to implement public policies in the comprehensive care of women's health, in addition to the training of health professionals in the reception of victims of sexual violence.

RESUMO

A violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa de ato não desejado praticado por qualquer pessoa. Considerando essa premissa, o presente estudo justificou-se pela multidisciplinaridade do tema e necessidade de melhores estratégias de enfrentamento. Objetivou descrever o perfil epidemiológico da violência sexual sofrida pela mulher, em ambiente doméstico, no estado de Alagoas, entre 2012-2022. É um estudo epidemiológico, exploratório, descritivo de análise retrospectiva com base documental de abordagem quantitativa de dados secundários disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Entre o período de 2012-2022, foram notificados 3.953 casos de violência sexual contra mulheres em Alagoas. Destes, 47,50% corresponderam a indivíduos na faixa etária entre 10 a 14 anos. O ano de 2022 registrou o maior número de casos, com 799 casos. Em 2022 foi registrada a média de 114,4 casos, apresentando crescimento de 633% no período analisado. A raça/cor apontou que os casos são mais recorrentes em mulheres pardas. O principal agressor foi o "padrasto", destacando, também, figuras femininas, como mãe e madrasta. Destarte, os dados refletem a necessidade da implementação de políticas públicas na atenção integral à saúde da mulher, além da capacitação dos profissionais de saúde no acolhimento à vítima de violência sexual.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submitted: 19/10/2023

Approved: 12/01/2024

Published: 29/01/2024



Keywords:

epidemiological profile, violence against women, sex offenses.

Palavras-Chave:

perfil epidemiológico, violência contra a mulher, violência sexual.

Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010), a violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejado, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, com atitudes como a repressão, ameaças ou força física, praticado por qualquer pessoa independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário, e não se apresenta limitado ao ambiente doméstico ou do trabalho (Kataguirí *et al.* 2019).

A violência sexual contra a mulher expressa a perversidade da violência e a desigualdade de gênero. Tratados e convenções, aprovados por órgãos internacionais de direitos, afirmam ser a violência sexual contra a mulher uma violação aos direitos humanos. Ainda que não seja o tipo de violência mais prevalente contra a mulher, a violência sexual tem impacto destruidor para a vida da vítima (Trentin *et al.*, 2019).

Vale destacar que a violência sexual está relacionada com os papéis sociais de gênero que mulheres e homens assumem na sociedade, marcados por relações de submissão e poder. Atinge todas as idades, raças, classes sociais e sexo, ocorrendo principalmente com mulheres jovens e adolescentes (Kataguirí *et al.*, 2019). Ademais, a agressão causa danos que podem durar a vida inteira, e estão relacionados ao bem-estar físico, a questões sexuais, reprodutivas, emocionais, mentais e sociais das mulheres agredidas. Entre as consequências deste tipo de violência, incluem-se gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (IST), destacando a transmissão de HIV/Aids (Delziovo *et al.*, 2018).

Mundialmente, 7% das mulheres são vítimas de violência sexual por pessoas que não são os seus parceiros íntimos. Quando considerada a violência sexual praticada por parceiro íntimo, a prevalência encontrada nas Américas é de 29,8%. O estupro é uma das formas de violência sexual mais comuns e atinge aproximadamente 1 a cada 5 mulheres, e 1 em cada 59 homens (Kataguirí *et al.*, 2019).

Estima-se a prevalência global de estupro de 2 a 5% e incidência de 12 milhões de vítimas a cada ano. A prevalência de estupro em mulheres, ao longo da vida, corresponde a aproximadamente 20%. Além disso, dados nacionais indicam uma média diária de 21,9 mulheres procurando atendimentos em serviços de saúde por violência sexual e 14,2 mulheres/dia notificadas como vítimas de estupro (Facuri *et al.*, 2013).

Além disso, de acordo com Justino *et al.* (2011), quando se trata de faixas etárias mais novas, grande parte dos casos de abuso sexual ocorre no ambiente intrafamiliar, repetidas vezes e sem evidências físicas, levando a vítima a vivenciar sentimentos de vergonha, medo, raiva e humilhação.

Nesse contexto, o presente estudo foi desenvolvido a partir da compreensão de que a violência sexual constitui uma questão ampla e complexa de saúde pública, justiça, assistência social, direitos humanos, entre outras, a qual precisa ser melhor compreendida para ser adequadamente enfrentada. Assim, a pesquisa ganha relevância, visto que permite a

ampliação do conhecimento sobre o fenômeno, em sua multidisciplinaridade, dando subsídios à elaboração de estratégias de prevenção e enfrentamento à violência na população. Dessa forma, o estudo teve por objetivo descrever o perfil epidemiológico da violência sexual sofrida pela mulher, em ambiente doméstico, no estado de Alagoas, entre 2012-2022.

Procedimentos metodológicos

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo epidemiológico, exploratório, descritivo, de análise retrospectiva, com base documental de abordagem quantitativa com dados secundários disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

População do estudo

A população estudada foi constituída por mulheres acima de 10 anos, residentes do estado de Alagoas, que sofreram violência sexual em ambiente doméstico no período de 2012 a 2022.

Coleta dos dados

Foram analisados dados secundários obtidos do SINAN, disponibilizados via Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

As variáveis foram: indivíduos do sexo feminino, faixa etária acima de 10 anos, raça/cor, agente agressor no ambiente doméstico, ocorrência na residência e período de ocorrência entre 2012 a 2022.

Análise dos dados

Os dados coletados foram tabulados em planilhas eletrônicas no software Microsoft Excel versão 2010® e analisados a partir de estatística simples.

Como aporte teórico para definição do termo “ambiente doméstico”, foi considerada a definição adotada na Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que dispõe de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que em seu art. 5º, inciso I, a qual considera o ambiente doméstico como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.

Resultados e Discussão

Entre o período de 2012-2022, foram notificados 3.953 casos de violência sexual contra mulher entre 10 a 60 anos ou mais, apresentando crescimento a cada ano analisado, conforme a tabela 1 evidencia. Destes, 47,50% (n=1.878) corresponderam a indivíduos na faixa etária entre 10 a 14 anos de idade. Entre a faixa de 15-19 anos, o número de casos correspondeu a

21,52% (n=851). Já em indivíduos com faixa etária entre 50-59 anos, foi registrado o correspondente a 1,16% (n=46) dos casos.

A variável período de ocorrência apontou que em 2012 foram notificados 109 casos, referente a 2,75% da população no período estudado, conforme a tabela 1. A partir de 2019, notou-se um crescimento do número de casos notificados, com 505 (12,77%) casos em 2019, 484 (12,24%) casos em 2020, 708 (17,91%) casos em 2021 e 799 casos em 2022, correspondendo a 20,21% dos casos notificados.

Tabela 1.

Casos de violência contra a mulher em Alagoas, por faixa etária no período de 2012-2022.

Período de ocorrência / Faixa etária	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 ou mais	Média
2012	31	32	26	11	5	2	2	15,57
2013	30	40	34	13	8	3	1	18,42
2014	41	46	31	28	10	0	1	22,42
2015	48	62	43	12	10	2	1	25,48
2016	84	49	58	16	7	3	2	31,28
2017	132	79	62	43	13	6	5	48,57
2018	126	84	63	32	13	3	6	46,71
2019	240	121	86	30	16	7	5	72,14
2020	293	66	65	25	17	9	9	69,14
2021	416	116	112	40	17	2	3	100,85
2022	437	156	111	47	27	9	12	114,14
Total	1878	851	691	297	143	46	47	

Nota: SINAN (2023).

Durante o período analisado, foi possível observar o crescente número na média de casos de violência contra a mulher. Conforme os dados epidemiológicos apontaram, o ano de 2022 apresentou uma média de 114,4 casos, apresentando média de crescimento, no período estudado, de 633% quando comparado ao período de 2012.

Conforme o Bueno (2021), entre os anos de 2019-2021, houve uma redução de 56,3% dos casos de violência contra a mulher no estado, conforme os boletins de ocorrência emitidos pela Polícia Civil. Com isso, sugere-se que nem toda vítima de violência no estado de Alagoas busca autoridades em segurança pública para realizar denúncia, implicando na necessidade de elaboração de medidas de prevenção a violência contra a mulher no estado.

Em um estudo realizado por Kataguirí *et al.* (2019), na região sudeste do Brasil, os casos de violência sexual ocorreram com mais frequência em menores de 19 anos, sendo a maior prevalência na faixa etária de 10-14 anos, concordando com a presente pesquisa. Ademais, segundo Viana *et al.* (2022), os adolescentes de 10-14 anos são mais vulneráveis, pois nessa faixa etária ainda não há desenvolvimento completo e, muitas vezes, não possuem percepção de que tenham sofrido violência.

Além disso, a predominância de casos nesta faixa etária pode estar relacionada à preferência dos autores da violência por meninas na puberdade, fase esta em que desenvolvem os caracteres sexuais (Viana *et al.*, 2022). De maneira análoga, o estudo de Miranda *et al.* (2020), aponta que meninas durante a adolescência são mais suscetíveis a violência sexual praticada no ambiente domiciliar.

Outrossim, conforme a tabela 2 evidencia, entre o período analisado foram notificados 2.668 casos de violência sexual contra a mulher de raça “parda” em Alagoas, correspondendo a 67,49% dos casos notificados. Além disso, 13,45% (n=532) ocorreram em mulheres da raça branca e 8,80% (n=348) em mulheres da raça preta. Em paralelo, 1,01% (n=40), consistiram em casos notificados de violência sexual em mulheres de raça “amarela”.

Segundo Oliveira *et al.* (2018), independentemente da idade, as mulheres pardas ou negras são as mais atingidas pelas violências, principalmente devido aos contextos históricos em que estão inseridas, que geralmente inclui condições precárias de moradia e estudo, corroborando com os dados encontrados no presente estudo.

No entanto, tais resultados diferem em relação a pesquisa de Engel (2020), divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a qual aponta que as mulheres negras são mais vulneráveis que as mulheres brancas, considerando que 4,01% das mulheres negras afirmam já terem sofrido alguma ofensa sexual ao longo da vida, contra 3,62% das mulheres brancas.

Tabela 2.

Casos de violência sexual contra a mulher em Alagoas, de acordo com a raça, na população feminina maior de 10 anos, entre 2012-2022.

Período de ocorrência / Raça	Branco	Pardo	Preto	Indígena	Amarelo	Ignorado
2012	15	75	6	1	1	11
2013	17	81	15	0	1	15
2014	36	93	17	1	3	7
2015	24	126	10	1	2	15
2016	26	151	13	5	1	23
2017	48	237	12	3	1	39
2018	39	235	24	1	4	24
2019	53	321	66	6	2	57
2020	54	329	47	5	6	43
2021	107	472	65	6	9	47
2022	113	548	73	12	10	43
Total	532	2668	348	41	40	324

Nota: SINAN (2023).

Dentre os 2.100 casos de violência sexual ocorridos na residência notificados, as análises demonstram que 68,71% (n=1.443) ocorreram contra mulheres pardas, segundo evidenciado pela tabela 3. Em seguida, dentre as raças mais afetadas estão as mulheres brancas

representando 13,57% (n=285), pretas 9,23% (n=194), amarelas 1,23 % (n=26) e indígenas 1,04% (n=22).

Em paralelo, de acordo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, o percentual, em todo o Brasil, de pessoas declaradas pretas que sofreram violência sexual foi de 0,9% (166 mil), enquanto de pardas foi de 0,8% (534 mil) e de brancas, 0,7% (503 mil). Em 2019, o número de mulheres vítimas (com 18 anos ou mais de idade) de violência sexual, nos 12 meses anteriores à entrevista correspondeu a 885 mil mulheres (1,0% da população brasileira).

Ainda segundo a PNS de (2019), a violência sexual também ocorre com mais frequência na residência das vítimas (52,3%), e, novamente, este número é prevalente entre mulheres, pois 61,6% sofreram este tipo de violência no domicílio. Ademais, segundo De Araújo *et al.* (2014), o maior número de casos notificados de violência sexual contra mulheres pardas ou pretas tem relação com o aumento nas últimas décadas a população que se declara negra ou parda. Para Dantas *et al.* (2022) o maior quantitativo de vítimas de raça/cor parda diante da violência sexual, em relação às demais, pode ser justificado pelo padrão étnico-cultural do Brasil.

Tabela 3.

Casos de violência sexual contra a mulher em Alagoas, de acordo com a raça, na população feminina maior de 10 anos, ocorrido na residência entre 2012-2022.

Período de ocorrência / Raça	Branco	Pardo	Preto	Indígena	Amarelo	Ignorado
2012	6	24	2	0	0	2
2013	4	25	6	0	0	1
2014	17	39	5	0	2	1
2015	8	63	5	0	1	1
2016	14	71	6	2	1	5
2017	21	99	7	3	1	13
2018	24	130	12	1	1	15
2019	28	172	40	5	1	25
2020	31	216	31	2	5	22
2021	67	310	38	4	7	20
2022	65	294	42	5	7	25
Total	285	1443	194	22	26	130

Nota: SINAN (2023).

Outrossim, ao analisar a variável tipo de agressor no período de 2012-2022, descrita na tabela 4, percebe-se que o padrasto foi o principal agressor, representando 43,2% (n= 321) dos casos, seguido do pai com 28,03% (n=208) e o cônjuge em de 10,51% (n=130). Já no estudo de Kataguri *et al.* (2019), na maioria dos casos de violência sexual o principal agressor era desconhecido, seguido por amigo/conhecido, pai ou padrasto e o namorado, respectivamente.

No Estudo de Viana *et al.*, (2022), amigos ou conhecidos da vítima foram os principais agressores, mesmo se levando em consideração que a proximidade do agressor com a vítima

dificulta a identificação da violência. Além disso, diferente da presente pesquisa, os dados trazidos por Facuri *et al.* (2013) apontam que no estado de São Paulo a maioria dos casos de violência sexual são cometidos por desconhecidos da vítima.

O estudo de Moroskoski *et al.*, (2021) revelou um aumento de violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo, sendo o cônjuge o principal agressor. Gomes *et al.*, (2012), aponta que situações de violência praticada pelo parceiro íntimo possui influência do perfil socioeconômico da mulher, tendo em vista que mulheres com baixo nível de escolaridade se consideram dependentes economicamente do cônjuge, possuindo influência no enfrentamento a violência praticada pelo parceiro íntimo.

Tabela 4.

Casos de violência sexual contra a mulher em Alagoas durante o período 2012-2022, na faixa etária acima de 10 anos, por tipo de agressor.

Período de ocorrência / agressor	Pai	Mãe	Irmão(ã)	Padrasto	Madrasta	Cônjuge	Filho
2012	0	1	1	4	0	1	0
2013	2	0	0	4	0	2	0
2014	4	1	3	5	0	1	0
2015	6	1	0	7	1	1	1
2016	8	0	2	9	0	5	0
2017	9	2	4	13	1	12	2
2018	8	0	5	22	0	35	0
2019	20	3	4	43	2	16	0
2020	25	2	7	52	2	17	3
2021	48	1	12	81	3	19	2
2022	78	2	13	81	2	21	0
Total	208	13	51	321	11	130	8

Nota: SINAN (2023).

Quando se trata de ocorrência na residência, a tabela 5 evidencia que a maioria dos casos de violência sexual na faixa etária acima de 10 anos, foram cometidos pelo “padrasto”, representando 44,46% (n=285) do total de casos no período de 2012-2022, seguido por “pai” com 28,86% (n=185) e cônjuge em cerca de 17% (n=109) dos casos. Segundo Habizang e seus colaboradores (2005), aproximadamente 98,8% dos casos de violência sexual são praticados por pessoas com vínculos afetivos com a vítima.

O estudo de Justino *et al* (2011), traz que, no contexto da violência sexual contra adolescentes, de cada dez violadores, cinco são os próprios pais da vítima, um é o padrasto, três são tios e apenas um é desconhecido. De modo semelhante, em cerca de 57,4% dos casos são praticados pelos pais da vítima e 37,2% pelo padrasto ou pai adotivo (Habizang *et al.*, 2005). Para Furniss (1993), estes agressores possuem perfil de agressividade, transtornos mentais, uso de álcool, influência religiosa, possessividade e até mesmo sentimento de rigidez para com a criação da vítima.

Além disso, vale destacar que o abuso sexual intrafamiliar confronta os tabus sociais relativos à vivência harmoniosa familiar, o respeito e o amor paterno e materno. Dessa forma, é preciso dar visibilidade ao tema, a fim de reconhecer a problemática para que medidas de enfrentamento possam ser adotadas. Neste sentido, Viana (2022) aborda que a omissão, ausência de testemunhas e a cumplicidade familiar ou de terceiros (amigos, vizinhos), que geralmente querem evitar escândalos, constituem obstáculos comuns para a denúncia da violência, tornando-a repetitiva e cada vez mais grave.

Tabela 5.

Casos de violência sexual contra a mulher em Alagoas durante o período 2012-2022, na faixa etária acima de 10 anos, por tipo de agressor, ocorridos na residência.

Período de ocorrência/ Agressor	Mãe	Pai	Irmão(ã)	Padrasto	Madrasta	Cônjuge	Filho (a)
2012	0	0	1	4	0	1	0
2013	0	2	0	4	0	2	0
2014	0	4	3	3	0	1	0
2015	0	6	0	5	0	0	0
2016	0	8	2	9	0	3	0
2017	2	8	3	13	1	8	2
2018	0	7	5	21	0	33	0
2019	1	20	3	39	2	16	0
2020	2	24	5	48	2	13	3
2021	1	42	6	71	3	16	2
2022	1	64	11	68	1	16	0
TOTAL	7	185	39	285	9	109	7

Nota: SINAN (2023).

Um dado importante verificado no presente estudo foi a crescente dos casos de violência sexual causada por mulheres, especialmente mães e madrastas, destacando-se o período entre 2019 a 2022. Embora sejam casos que ocorrem com menor frequência do que a violência sexual em que os agressores são homens, faz-se necessário abordar essa temática, a qual é pouco debatida na literatura.

Segundo Bravin et al. (2019), o tema da violência sexual cometida por mulheres é ainda pouco conhecido e se a violência for perpetrada pela mãe, sabe-se menos ainda. Neste contexto, o quantitativo de mulheres mães que agrediram sexualmente seus filhos tende a ser desconhecido, provavelmente porque a violência sexual materna é muito difícil de ser identificada, por se ocultar no mito intocável da maternidade como algo bom, santo. Acresce-se a isso preconceitos de gênero, moldando crenças que mapeiam o papel da mulher e do homem, em domínios dicotomizados.

Vale destacar ainda, que diante do estudo realizado foi possível observar um aumento dos casos de violência sexual contra mulheres ocorridos na residência entre os anos de 2020-2022, que como hipótese, sugere-se o advento da pandemia da Covid-19, visto que o

isolamento social, tomado como medida para quebra da cadeia de transmissão da doença, contribuiu para a permanência tanto das vítimas quanto dos agressores no ambiente domiciliar.

Neste aspecto, segundo a OMS, a estadia em casa vulnerabiliza as mulheres a violência por parceiro íntimo no contexto da pandemia da COVID-19. Compartilhar o lar com um sujeito com perfil agressivo e que impõe as suas vontades desrespeitando a individualidade feminina faz com que muitas mulheres estejam vulneráveis ao estupro marital, pois os homens com perfil agressivo e machista encontram o momento como oportuno para impor o poder e as suas vontades, subjugando as parcerias ao lugar de subalternidade, de modo a agredi-las, obrigando-as a manter relações sexuais indesejadas (Gomes et al.,2021).

De acordo com Andrade (2022), cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual em 2020. Conforme este estudo, este público de mulheres tiveram suas rendas reduzidas ou perderam o emprego, sendo majoritariamente mulheres negras e jovens, corroborando com os dados desta pesquisa.

Considerações Finais

Desse modo, o perfil epidemiológico das mulheres vítimas de violência sexual no estado de Alagoas corresponde majoritariamente a mulheres na faixa etária entre 10 a 14 anos de idade, de raça parda, apresentando maior número de casos notificados no ano de 2022. A figura masculina foi apontada como principal agressor, representada pelo “pai” e “cônjuge” com principais agressores.

Estes dados refletem a necessidade da implementação de políticas públicas na atenção integral à saúde da mulher no estado de Alagoas, bem como a capacitação dos profissionais de saúde no acolhimento à mulher vítima de violência sexual e estimular a notificação de casos, com base na ficha de notificação do Sistema de Agravos de Notificação.

Ademais, ao considerar a multidisciplinaridade da temática, a qual, além da saúde, aborda também as áreas da justiça, assistência social, direitos humanos, evidencia-se a necessidade da efetivação das políticas públicas existentes para o combate à violência sexual contra a mulher.

REFERÊNCIAS

- Andrade L (2022). Violência contra a mulher aumentou durante a pandemia. Observatório do terceiro setor, 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/violencia-contr-a-mulher-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.
- Antunes, J. L. F.; CARDOSO, M. R. A (2015). Uso da análise de séries temporais em estudos epidemiológicos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, p. 565-576.

- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. Disponível em <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em 30 de jun. de 2023.
- Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde: Sistema de Informação de Agravos de Notificação. DATASUS 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/menu_tabnet_php.htm>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.
- Brasil. Ministério da Saúde. IBGE. Pesquisa nacional de saúde: 2019 : acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social : Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.
- Bravin Setubal, C., Santos Wolff, L. D., Stroher, L. M. C., Blanco-Vieira, T., & Costa, L. F. (2019). “Não pode ser abuso... eu sou a mãe”: ofensa sexual materna. *Revista de psicología (Santiago)*, 28(1), 92-103.
- BUENO, Samira. Violência contra as mulheres em 2021. Fórum de Segurança Pública. Brasília, 2021.
- Dantas, B. L. L., Bezerra, S. F., Batista, J. F. C., Menezes, M. O., & Prado, L. O. M. (2022). ANÁLISE TEMPORAL DOS CASOS NOTIFICADOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO BRASIL. *Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-SERGIPE*, 7(2), 95-95.
- De Araujo, R. P., da Silva Sousa, F. M., Feitosa, V. C., Coêlho, D. M. M., & de Fatima Almeida, M. (2014). Perfil sociodemográfico e epidemiológico da violência sexual contra as mulheres em Teresina/Piauí. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 4(4), 739-750.
- Delzियो, C. R., Coelho, E. B. S., d'Orsi, E., & Lindner, S. R. (2018). Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina–Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1687-1696.
- Engel, C. L (2020). A Violência contra a mulher. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Sociedade. Participação Social. Controle Social: Capítulos de Livros. Organizadoras: Natália Fontoura, Marcela Rezende, Ana Carolina Querino – Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.
- Facuri, C. D. O., Fernandes, A. M. D. S., Oliveira, K. D., Andrade, T. D. S., & Azevedo, R. C. S. D. (2013). Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 29, 889-898.
- Furniss, T. (1993). Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. In: Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. p. 337-337.
- Gomes, N. P., de Almeida, L. C. G., Campos, L. M., de Santana, J. D., de Jesus, R. B., da Silva Santos, J. M., & dos Santos Mascarenhas, R. N. (2021). Vulnerabilidade de mulheres ao estupro marital: reflexões a partir do contexto da pandemia da Covid-19. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 20.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21, 341-348.

- Justino, L. C. L., Ferreira, S. R. P., Nunes, C. B., Barbosa, M. A. M., Gerk, M. A. D. S., & Freitas, S. L. F. D. (2011). Violência sexual contra adolescentes: notificações nos conselhos tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista gaúcha de enfermagem*, 32, 781-787.
- Kataguirí, L. G., Scatena, L. M., Rodrigues, L. R., & Castro, S. D. S. (2019). Caracterização da violência sexual em um estado da região sudeste do Brasil. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 28.
- Miranda, M. H. H., Fernandes, F. E. C. V., Melo, R. A. D., & Meireles, R. C. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 54.
- Oliveira, C. A. B. D., Alencar, L. N. D., Cardena, R. R., Moreira, K. F. A., Pereira, P. P. D. S., & Fernandes, D. E. R. (2019). Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil. *Revista Cuidarte*, 10(1).
- OMS. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência (2010). Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/3661/Prevencao%20da%20violencia%20sexual%20e%20parceiro%20intimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 de set. de 2023.
- Trentin, D., Vargas, M. A. D. O., Brehmer, L. C. D. F., Vargas, C. P., Schneider, D. G., & Leal, S. M. C. (2019). The perspective of professionals in relation to the care given to women in situations of sexual violence: perspective of the universal declaration of bioethics and human rights. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 28, e20180083.
- Viana, V. A. O., Madeiro, A. P., Mascarenhas, M. D. M., & Rodrigues, M. T. P. (2022). Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 2363-2371.